



**PODER LEGISLATIVO**  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO  
ESTADO DO AMAZONAS

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

**PARECER**

**PROJETO DE LEI Nº 491/2021**

**PROPONENTE:** Deputada Mayara Pinheiro

**RELATOR:** Deputado RICARDO NICOLAU

Institui o “Agosto Cinza” no âmbito do Estado do Amazonas e dá outras providências (Conscientização e combate aos incêndios e queimadas).

**I – RELATÓRIO**

De autoria da Excelentíssima Deputada Mayara Pinheiro, o Projeto de Lei Nº 491/2021, Institui o “Agosto Cinza” no âmbito do Estado do Amazonas e dá outras providências (Conscientização e combate aos incêndios e queimadas).

A propositura em comento foi incluída em pauta nas reuniões ordinárias dos dias 6, 7 e 13 de outubro de 2021.

O PL tramitou na Comissão de Constituição e Justiça e Redação, a qual se manifestou favorável, não apresentando qualquer emenda.

Nesta oportunidade, o projeto vem a Comissão de Assuntos Econômicos, cabendo a mim a relatoria do referido PL.

**II – FUNDAMENTAÇÃO**

O Projeto de Lei em comento Institui o “Agosto Cinza” no Estado do Amazonas e dá outras providências. Este período é caracterizado pela baixa umidade do ar e aumento nos ventos, fatores que favorecem a ocorrência de focos de incêndio. Além das condições favoráveis à queimada, há ainda a falta de conscientização da população, já que a maioria dos incêndios é provocada por ações humanas.

---

Av. Mário Ypiranga Monteiro, 3950, Parque Dez - Manaus/AM - Fone: (92) 3183-4630

---



[www.ricardonicolau.com.br](http://www.ricardonicolau.com.br)



[@deputadoricardonicolau](https://www.facebook.com/deputadoricardonicolau)



[@ricardonicolau](https://www.instagram.com/ricardonicolau)



[deputado.ricardonicolau@aleam.gov.br](mailto:deputado.ricardonicolau@aleam.gov.br)





**PODER LEGISLATIVO**  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO  
ESTADO DO AMAZONAS

**COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE**

A Constituição Federal de 1988 respaldou a prevenção contra crimes lesivos ao meio ambiente em seu artigo 225 que prescreve o seguinte:

**Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.**

Quanto à competência de iniciativa, é competente o Poder Legislativo para propositura da demanda, visto que o Projeto de Lei em questão não dispõe sobre matérias de iniciativa privativa no artigo 33, § 1º da Constituição do Estado do Amazonas.

**- Análise de adequação da propositura às Leis Orçamentárias Estaduais**

Destarte, pontua-se que a demanda não possui impacto financeiro significativo, estando em consonância com a Lei Orçamentária para o ano, e conseqüentemente, com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e Plano Plurianual.

Posto isso, declaro que a propositura possui viabilidade formal e material para prosseguir nos moldes do Regimento Interno desta Casa e das demais legislações vigentes.

**III- VOTO**

Ante o exposto, em vista do que me compete analisar, manifesto-me **FAVORÁVEL** à aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 491/2021.

S. R. VIRTUAL DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, em Manaus, 18 de fevereiro de 2022.

**DEPUTADO RICARDO NICOLAU**

**Relator**

Av. Mário Ypiranga Monteiro, 3950, Parque Dez - Manaus/AM - Fone: (92) 3183-4630



[www.ricardonicolau.com.br](http://www.ricardonicolau.com.br)



@deputadoricardonicolau



@ricardonicolau



deputado.ricardonicolau@aleam.gov.br





**PODER LEGISLATIVO**  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO  
ESTADO DO AMAZONAS

## ASSINATURAS DIGITAIS

SERAFIM FERNANDES CORREA - EM 28/02/2022 19:46:52  
SAULLO VELAME VIANNA - EM 21/02/2022 12:52:49  
LUIS RICARDO SALDANHA NICOLAU - DEPUTADO(A) - EM 21/02/2022 12:47:19

